



As deputadas do CDS-PP Isabel Galriça Neto, Teresa Caeiro e Ana Rita Bessa questionaram a Ministra da Saúde sobre a Urgência de Obstetrícia do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca.

Na pergunta, as deputadas do CDS-PP questionam, nomeadamente:

1- Confirma V. Exa. que o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca (Amadora-Sintra) está a praticar escalas ilegais no serviço de urgência de obstetrícia?

2- Confirma V. Exa. que os profissionais estão a fazer mais de 100 horas de urgência num mês, para além do que seria habitual?

3- Confirma V. Exa. que o hospital tem apenas seis equipas com quatro elementos e que fazem sete bancos de 24 horas em cinco semanas?

4- Que justificação apresenta V. Exa. para estas denúncias feitas pela Ordem dos Médicos?

5- Confirma V. Exa. que, em finais de junho, a Ordem dos Médicos apresentou à tutela

propostas para a resolução destes problemas, que estavam previamente identificados, e que V. Exa. não tomou medidas para os resolver?

6- Que medidas foram, entretanto, tomadas para resolver estes graves problemas?

7- Está V. Exa. em condições de garantir que a qualidade e segurança dos cuidados prestados às grávidas, parturientes e bebés não está, de modo algum, em causa?

8- Está V. Exa. em condições de assegurar que estão garantidas as condições e horários de trabalho legalmente exigíveis aos profissionais de saúde deste hospital?

De acordo com a Ordem dos Médicos, o Hospital Amadora-Sintra estará a praticar escalas ilegais na urgência de obstetrícia.

Alegadamente, os profissionais estarão a fazer mais de 100 horas de urgência num mês, para além do que seria habitual e desejável. O hospital tem apenas, segundo o presidente da secção regional do Sul da Ordem dos Médicos, “seis equipas com quatro elementos e fazem sete bancos de 24 horas em cinco semanas” e, em 50 fins-de-semana, os médicos do serviço de urgência de obstetrícia deste hospital “estão ocupados em 30 fins-de-semana”.

Conforme é público, este Verão tem-se verificado o caos nas maternidades, com transferências permanentes de grávidas entre hospitais e tempos de espera cada vez maiores.

Ora, como seria previsível, as equipas estão esgotadas, atingiram o seu limite e, naturalmente, as consequências refletem-se na qualidade dos cuidados prestados em tempo útil e segurança, tanto às grávidas e parturientes como aos bebés.

Está mais do que demonstrado que o Governo não acautelou atempadamente, como era sua obrigação, as férias dos profissionais durante o período de Verão.

Segundo o presidente da secção regional do sul da Ordem dos Médicos, os problemas estavam atempadamente identificados e, em finais de junho, a Ordem dos Médicos terá apresentado à tutela propostas para a sua resolução. No entanto, a tutela não tomou as medidas necessárias.

Ora, o CDS-PP encara estes factos com muita preocupação, considerando ser absolutamente necessário e prioritário assegurar tanto o acesso à saúde, como a qualidade dos cuidados prestados como, naturalmente, as condições e horários de trabalho dos profissionais de saúde, o que, manifestamente, não está a acontecer.

Neste sentido, entendemos ser da maior pertinência e urgência que o Governo preste esclarecimentos sobre este grave problema no Hospital Amadora-Sintra.